

# JORNAL DO SENADO

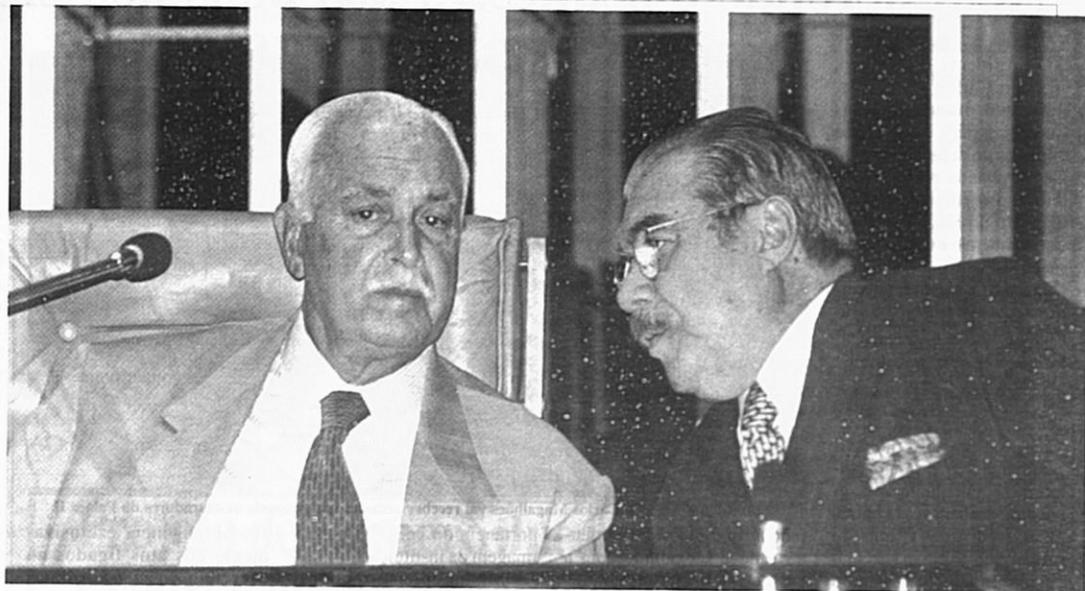
Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 642 - Brasília, terça-feira, 3 de março de 1998

NESTA  
EDIÇÃO

## 1 Acesso às verbas para a saúde pública

O senador Gilvam Borges propôs uma "descentralização substantiva" nos recursos destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo é assegurar aos municípios o acesso direto a 30% das receitas arrecadadas para o setor. **Página 8**



Ao lado do senador José Sarney, Antonio Carlos Magalhães preside a sessão que dá início ao debate da reforma administrativa em segundo turno

## 2 Saad cobra solução para Entorno do DF

Senador José Saad apela aos governos de Goiás e do Distrito Federal para que unam esforços em busca de solução para os problemas da região do Entorno da capital da República. Ele quer também preservar Brasília como capital administrativa. **Pág. 6**

# Senado debate a reforma administrativa até amanhã

*Emendas que não envolvam o mérito da matéria, caso sejam apresentadas, serão analisadas pela Comissão de Justiça antes da inclusão na ordem do dia para votação final*



## Desmatamento da Amazônia traz ministros à CAS

A Comissão de Assuntos Sociais ouve hoje os ministros do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia sobre levantamento realizado pelo Inpe. A proposta da audiência pública é da senadora Marina Silva. **Página 7**

O Senado realizou ontem o primeiro dia de discussão da reforma administrativa em segundo turno. O debate da proposta de emenda constitucional prossegue hoje e amanhã. Nesta fase poderão ser apresentadas emendas que não envolvam o mérito, as quais serão analisadas pela Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania. Em seguida, a matéria será incluída na ordem do dia para votação final. O senador José Eduardo Dutra pediu ao plenário que aprove requerimentos de destaques para votação em separado de alguns pontos da reforma. **Página 3**

**CPI do Trabalho Infantil  
terá novas audiências**

**PÁGINA 4**

## 3 Exportação de madeira pode mudar

Preocupado com a exploração descontrolada da flora amazônica, o senador Romero Jucá apresentou projeto que proíbe a exportação de madeira em tora, prancha ou qualquer outra forma não acabada, caso seja extraída da Amazônia Legal. **Página 7**

Presidente do Senado defende o exame da cassação do mandato do deputado pela Câmara e considera "obrigação do Congresso" a quebra da imunidade para abertura de processo na Justiça

## ACM defende o seqüestro dos bens de Sérgio Naya

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem medidas imediatas para o seqüestro dos bens do deputado Sérgio Naya, visando resguardar o direito das vítimas do desabamento do Edifício Palace II, e também o exame da cassação do seu mandato pela Câmara. O senador advertiu para a necessidade de rapidez nas iniciativas, afirmando que "demoras de decisão não fazem bem ao Poder Executivo, nem ao Judiciário ou ao Legislativo".

- Este é um caso que exige urgência, e a primeira coisa que se tem que fazer é seqüestrar os bens, para entregar os recursos às vítimas do senhor Sérgio Naya - frisou.

Antonio Carlos confirmou que receberá as vítimas amanhã, "porque é meu dever, uma questão de solidariedade", e esclareceu que sua impressão inicial, de que a Câmara deveria aprovar a licença para processar Naya criminalmente, consolidou-se a partir do vídeo exibido pela televisão domingo, dia 1º:

- Estou convencido de que o caso é mais grave, o depu-



O presidente Antonio Carlos Magalhães vai receber amanhã um grupo de ex-moradores do Palace II

tado feriu o decoro parlamentar e deve ser punido com a cassação - declarou.

O senador considera "obrigação do Congresso" conceder a quebra da imunidade de Naya, porque o caso do desabamento não tem qualquer relação com o exercício da atividade parlamentar. Ressaltando a autonomia da Câmara e de seu presidente, deputado Michel Temer, para decidir sobre este assunto, Antonio Carlos enfatizou a im-

portância do episódio para a imagem da instituição:

- Minha opinião é que se deve resguardar a imagem do Congresso, que nós estamos reabilitando com muito trabalho e esforço, e que não pode ser maculada com atitudes individuais de um parlamentar - afirmou.

O presidente do Senado concordou com a necessidade de revisão do dispositivo constitucional da imunidade parlamentar para restringir

sua abrangência exclusivamente aos atos ligados ao exercício do mandato, mas insistiu em que isto não substitui a necessidade de adoção imediata de medidas concretas no caso Naya:

- Precisamos dar uma resposta rápida para evitar a descrença. Na medida em que não respondamos com rapidez, o povo passa a deserer da nossa ação - assinalou.

Antonio Carlos insistiu em que o importante é "uma decisão rápida do Legislativo, para que a opinião pública não se frustrasse mais uma vez", e afirmou que a possibilidade de o deputado Sérgio Naya sair do país seria "um caso de polícia, a ser tratado como tal".

## Pronto o relatório de atividades

A presidência do Senado divulgou ontem o relatório de atividades da Casa em 1997, um volume com 819 páginas que informa a atuação de cada senador, o funcionamento das comissões e a apreciação das matérias pelo plenário. Na introdução, o presidente Antonio Carlos Magalhães afirma que o Congresso Nacional é "o mais transparente de todos os Poderes da República" e cita a implantação da Agência de Notícias, do *Jornal do Senado*, da Rádio e da TV Senado, além do serviço *Fala Cidadão*, como principais ações no sentido de permitir maior fiscalização do Legislativo.

Antonio Carlos defende a modernização do Legislativo e convoca os legislativos estaduais a se unirem em torno da "linha de ação modernizadora" do sistema *Interlegis*, implantado pelo Senado. Ele afirma que "o Brasil inteiro ansia hoje por uma democracia moderna e estável", que para ser atingida passa por modernizar e fortalecer o Legislativo. "Não existe democracia forte com Legislativo fraco, nem democracia moderna com Legislativo antiquado", declara.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Despacho interno

15h30 - Presidência Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

20h45 - Participa de jantar em homenagem ao presidente do Conselho de Ministros da República Italiana, Romano Prodi. *Palácio da Alvorada*

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Segundo dia de discussão da "PEC nº 41/97, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal"; discussão em turno único do "PLC nº 36/96, que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas, em conformidade com o inciso X do art. 20 e o inciso V do art. 216 da Constituição federal"

### COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública com os ministros do Meio Ambiente, Gustavo Krause; da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas; o presidente do Ibama, Eduardo Martins; e o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe, Márcio Nogueira Barbosa, para prestarem informações sobre o desmatamento da Amazônia. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

### PREVISÃO DE TRABALHOS

#### PLENÁRIO

Quarta-feira (04.03.98)  
14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

Pauta: Terceiro e último dia de discussão da "PEC nº 41/97, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal"

#### ESPECIAL

04 a 13.03.98

"Semana da Mulher". *Senado Galeria* (corredor que liga o Anexo I ao Edifício Principal do Senado Federal)

Quinta-feira (05.03.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: discussão em turno único do "PLC nº 95/96, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições privadas de educação beneficentárias de isenção de impostos terem em seus conselhos fiscais representantes do corpo discente"

#### COMISSÕES

Quarta-feira (04.03.98)

17h - CPI do Trabalho Infantil

Pauta: Programação da agenda para os trabalhos de 98; e proposta inicial para viagem ao estado do Ceará. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúdio Coelho  
Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Emendas que não envolvam o mérito da proposta poderão ser apresentadas até amanhã e terão de passar pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, antes da votação da matéria em segundo turno

## Plenário discute hoje reforma administrativa

O plenário continua a discutir hoje, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição que trata da reforma administrativa, relatada pelo senador Romero Jucá (PFL-RR). A discussão foi iniciada ontem e se estende até amanhã. Até o último dia de discussão poderão ser oferecidas à proposta emendas que não envolvam o mérito. Se isso ocorrer, a matéria voltará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para dar parecer em cinco dias sobre as emendas. Em seguida, a proposta será incluída na Ordem do Dia para votação final.

Na sessão de hoje será também discutido em turno único projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas. Também serão votados requerimentos sobre questões regimentais relativas à tramitação de matérias.

Para amanhã, está marcada a discussão em turno único de três projetos de decreto legislativo - o primeiro,

aprovando o ato que renova a concessão da Rádio Arapongas S/A, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Arapongas (PR); o segundo, aprovando o ato que renova a permissão da Rádio Transoeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joaçaba (SC); e o terceiro, aprovando o ato que renova a outorga deferida à Sociedade Rádio Continental Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Coronel Freitas (SC).

A Ordem do Dia de quinta-feira prevê a votação em turno único de quatro requerimentos sobre alterações na forma de tramitação de determinados projetos de lei e a discussão, também em turno único, de projeto de lei da Câmara que obriga as instituições privadas de educação beneficiárias de isenção de impostos a terem em seus conselhos fiscais representante do corpo discente.

### Dutra pede autorização para votação de destaques

Embora admitindo que já saiba o resultado da votação em segundo turno da reforma administrativa, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) pediu ontem que o plenário autorize requerimentos de destaques para votação em separado, a fim de que os senadores possam deliberar especificamente sobre assuntos como a quebra da estabilidade do servidor público.

Dutra argumentou que o Senado está quebrando essa estabilidade sem que ninguém saiba quem são exatamente os senadores favoráveis a esse artigo. Ele entende que, sem votações específicas, a Casa estará produzindo um resultado falseado da votação, visto que a matéria estará sendo deliberada de forma global.

O senador lamentou o comportamento da bancada da maioria no primeiro turno de

votação da reforma administrativa, observando que, em todas as propostas de emenda constitucional deliberadas na Casa, prevalecia um entendimento entre as lideranças para garantir pelo menos a aprovação de alguns requerimentos de destaque para votação em separado.

De acordo com José Eduardo Dutra, essa providência se justificava para ampliar o debate e para que cada um pudesse externar sua posição sobre várias partes do texto em deliberação. Em sua opinião, na reforma administrativa, a maioria do governo resolveu "passar um rolo compressor", impedindo qualquer requerimento de destaque.

Dutra lembrou que 18 senadores votaram contra a reforma administrativa no seu todo, mas ficou uma questão: "Será que os 50 que votaram a favor



Dutra: "Ampliar o debate"

são favoráveis à totalidade dos seus artigos?". Ele mesmo respondeu que não e sustentou que isso engessa a possibilidade de o senador exercer de forma plena o seu mandato. Na opinião do senador, a autorização de destaques para votação em separado ampliará, seguramente, o número de senadores contrários à quebra da estabilidade do servidor na forma como ela foi votada no primeiro turno. Mas reconheceu que o governo ganhará a reforma administrativa também no segundo turno.

## Senadores rejeitam críticas ao Legislativo

Em 38 dias de trabalho extraordinário - a convocação do Congresso foi de 6 de janeiro a 13 de fevereiro - o Senado aprovou nada menos que 48 matérias, perfazendo média superior a um projeto aprovado por dia, incluídos os fins de semana. E, no entanto, as críticas de parte da imprensa ao trabalho do Legislativo continuaram, segundo constatação de diversos senadores que, além de repudiar, em entrevistas, os ataques à atividade parlamentar, questionaram a real motivação dessa atitude.

Para o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), essas "críticas injustas atendem aos interesses de quem quer

manter o Poder Legislativo acuado". Ele detalha sua acusação: "Há um interesse do Poder, e quando falo em Poder não estou falando só do Poder Executivo, mas falando do Poder real, do Poder econômico, em manter o Congresso acuado. E por quê? Porque com todos os seus defeitos, e são muitos, com todos os problemas de vários congressistas, deputados e senadores, e também eles existem, o Congresso é um Poder mais livre, mais liberto, mais identificado com a opinião pública, mais próximo do povo. Daí, é preciso sempre desqualificar o Congresso para manter o Legislativo sob controle, sob pressão; dizendo que o pessoal



Jefferson: erro de avaliação

não vota, o que não é verdade".

Por sua vez, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) deu o próprio exemplo para ilustrar a impropriedade de muitas críticas da imprensa ao Parlamento. "Eu próprio fui incluído pelo jornal *Folha de S. Paulo* entre os 10 mais faltosos e sou um dos 10 parlamentares mais assíduos". O erro de avaliação do jornal paulista originou-se em um pedido de licença do parlamentar para viajar. Licença sem remuneração.

- Viajei às minhas custas, perdi meus subsídios; não re-



Wilson vê "bom conceito"

cebi dinheiro público, mas por isso, no total, apareci como um dos mais faltosos, embora seja dos mais assíduos - friso Péres.

A acusação da mídia às constantes viagens dos parlamentares, aliás, é outra "impropriedade" na opinião do senador Lúcio Alcântara. "Isso não é privilégio, mas sim outro ônus do mandato", explica o parlamentar cearense. Segundo ele, os políticos têm que estar em contato constante com suas bases, debatendo problemas e explicando os projetos que o Congresso aprova. Dois exemplos recentes: "A socie-

dade brasileira foi pega de surpresa com a lei de doação de órgãos e o novo Código de Trânsito Brasileiro, apesar de os temas terem sido debatidos pelo Legislativo durante anos. Só que a imprensa não acompanhou os debates e nem informou a sociedade sobre essas matérias".

Já o senador Carlos Wilson (PSDB-PE) não acredita que as críticas da imprensa afetem a imagem do Congresso. Na sua avaliação, "o conceito do Legislativo junto à população nunca foi tão positivo como agora". No entender do parlamentar pernambucano, "a população sabe do trabalho dos parlamentares, sabe o que foi produzido no Congresso e principalmente nesta legislatura". Ele destacou justamente o novo código de trânsito e a lei de doação de órgãos como iniciativas que "orgulham" o Legislativo brasileiro.

Instalada há dois anos, a comissão visitou vários municípios gaúchos, onde constatou o emprego de crianças, e se reúne amanhã para definir agenda

## CPI do Trabalho Infantil fará diligências no Ceará

A CPI do Trabalho Infantil, presidida pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), pretende fazer uma audiência pública na Assembleia Legislativa em Fortaleza, na segunda quinzena de março, além de diligências por todo o estado do Ceará. Para planejar a viagem e a agenda para os trabalhos de 98, os senadores e deputados desta comissão mista se reúnem amanhã, às 17h, na sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa.

A comissão foi criada há dois anos para apurar as denúncias contidas em uma reportagem da revista *Veja* sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil e visitou, em maio do ano



Marluce: audiência pública na Assembleia em Fortaleza

passado, as cidades de Sapiranga, Novo Hamburgo e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, onde verificou, *in loco*, os problemas enfrentados por crianças trabalhadoras.

Além das diligências realizadas, a CPI ouviu diversas autoridades, entre elas a

representante do Fórum em Defesa das Crianças e Adolescentes, Jussara de Goyás; o relator da CPI da Prostituição Infantil na Câmara Legislativa do Distrito Federal, Antônio José Cafu; e o diretor da Organização Internacional do Trabalho (OIT), João Carlos Alexim.

## Cabral homenageia memória do jurista Carlos de Araújo

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) homenageou ontem a memória do jurista e jornalista amazonense Carlos de Araújo Lima, falecido dia 13 de fevereiro último. Segundo Cabral, Araújo Lima foi um dos maiores advogados da nação e se transformou numa das maiores autoridades em Direito Penal ao longo da sua vida.

- Na época em que fui cassado politicamente me aproximei de Araújo Lima na Ordem dos Advogados do Brasil, quando o Amazonas tinha três representantes no Conselho: Sobral Pinto, ele e eu - lembrou o senador, salientando que a sua admiração ainda do tempo de universidade pelo jurista aumentou ainda mais com essa convivência.

Cabral disse que, para se ter uma idéia do que fez Araújo



Bernardo Cabral: "Araújo é um dos maiores advogados da nação"

jo Lima pelo Tribunal do Júri durante a Constituinte de 1988, quando foi cogitada a extinção desse tipo de fórum no país, basta lembrar que ele, contrário à idéia, juntou num volume todos os trabalhos prestados ao país pelo tribunal, contendo informações sobre o desempenho de renomados advogados.

"Ele quis com isso mostrar o valor do Tribunal do Júri para a democracia e evitar o seu fim"; acrescentou o senador amazonense.

Bernardo Cabral destacou dois artigos publicados em homenagem ao jurista após o seu falecimento. Um, do jornalista Hélio Fernandes, na *Tribuna da Imprensa*, e outro, do jornalista Júlio Antonio Lopes, em *A Crítica*, de Manaus; e pediu a transcrição de ambos nos Anais do Senado. Requeriu ainda à Mesa, ao se referir à dignidade da família de Araújo Lima, que fosse comunicado à viúva o pedido de transcrição dos artigos.

## Fogaça defende pacto pela reforma tributária

O senador José Fogaça (PMDB-RS) afirmou, em entrevista, que apenas um grande pacto, negociado entre o presidente da República, os governadores e os prefeitos, poderá ser capaz de abrir caminho efetivo para a votação de uma ampla e necessária reforma tributária no país, que venha para reduzir a carga dos que pagam impostos e conter a sonegação, por meio de penalidades mais ágeis e fortes.

Conforme destacou, a proposta de reforma tributária, que tramita há mais de dois anos na Câmara dos Deputados, está parada justamente porque não há ainda um acordo sobre o assunto.

Lamentando a falta de iniciativas para equacionar a questão, o senador gaúcho disse que o problema todo está em que, ao se cogitar a reforma tributária, ainda não se tem resposta para a questão central: "Quem, no final do parte e reparte, ficará com



Fogaça: engenharia política a maior parte do bolo?" A falta dessa resposta é que impediu, até agora, o andamento da reforma tributária, disse Fogaça.

- Sem um acordo político entre os três níveis de poder público, para fixar uma proporcionalidade na repartição dos recursos, "a reforma tributária não sairá, nem agora, nem daqui a 10 anos e nem daqui a 20 anos - frisu ele.

Para José Fogaça, é preciso fazer uma engenharia política gigantesca para que a reforma tributária seja aprovada.

## Amorim repudia editorial da Folha

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) repudiou editorial do jornal *Folha de S. Paulo*, intitulado "Cinismo por Escrito", que acusa o parlamentar de solicitar indevidamente à Comissão Diretora do Senado o pagamento de dívidas junto a companhias aéreas. Para o senador, o editorial, de 19 de fevereiro, deturpa informações fornecidas por ele ao jornalista Fernando Rodrigues e publicadas no próprio jornal.

- Esclareci ao jornalista que a quantia que recebo do Senado Federal - um líquido de R\$ 5,5 mil, é insuficiente para custear as despesas necessárias ao exercício do mandato do senador - acrescentou.

O senador alega que, ao recorrer ao presidente da Mesa, a quem compete requisitar passagens e concedê-las aos senadores, para liquidação do débito, agiu de forma transparente:

- O assunto é público. Foi tratado em documento público - um ofício de meu gabi-



Amorim: assunto é público

nete, e publicamente deve ser conduzido em sua tramitação nesta Casa.

Ernandes Amorim acredita que o problema do custeio da atividade parlamentar pode ser solucionado com a transformação dos gabinetes em unidades orçamentárias. Neste sentido, apresentou projeto de resolução que, após tramitar na Comissão de Constituição e Justiça, aguarda parecer na Comissão Diretora.


**CARTAS**

"Parabenizo a equipe de produção do *Jornal do Senado* pela importante divulgação dos assuntos analisados na Casa, bem como pela excelente qualidade gráfica apresentada.

Ao longo dos últimos dois anos, esse veículo tem servido de pauta e fonte na luta que desenvolvemos em defesa da classe trabalhadora."

Francisco das Chagas Silva - presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Campo Maior (PI)

"Através do *Jornal do Senado*, 'viagem' até Brasília, conheci melhor os senadores e pude avaliar a importância do trabalho que eles realizam."

Ivanildo R. Rodrigues (São Domingos-MA)

"Cumprimento ao *Jornal do Senado* pela lição de transparência e democracia e agradeço a remessa do veículo, que tem sido de grande valor para meus estudos."

Fábio de Souza Michelli (Bicas-MG)

"Tendo em vista a grande relevância dos trabalhos desenvolvidos pelo *Senado* e a importância de sua divulgação para a consolidação da democracia no país, solicito a remessa do *Jornal do Senado* para o Fórum Estudantil de Entidades Universitárias - FEEU, entidade que representa 3 mil estudantes."

Também parabenizamos a iniciativa da Mesa Diretora e da Secretaria de Comunicação Social da Casa pela iniciativa de criar o *Jornal do Senado*, veículo de extrema importância para a divulgação dos trabalhos e debates travados nessa Casa."

Daniel Fernandes - Coordenador-Geral do FEEU (Santarém-PA)

"As informações do *Jornal do Senado* têm sido vitais para a divulgação das atividades dos parlamentares brasileiros no exterior, através do jornal *Green Card*, que circula nos Estados Unidos, Japão, Itália, Alemanha e Portugal."

Liana Alagemovits - redatora (Woodland Hills, Califórnia-USA)

"Parabenizo a equipe do *Jornal do Senado* pelo excelente trabalho de edição e expedição do jornal."

Geraldo Firmino Lima (Araçaju-SE)

As autorizações do Senado para renegociação de débitos estaduais seriam condicionadas ao ajuste fiscal efetivamente realizado pelas unidades da Federação

## Arruda propõe fórmula para rolar dívidas

O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), propôs ontem que o Senado Federal promulgue resolução estabelecendo que a autorização para novas rolagens de dívidas estaduais e para a contratação de financiamentos seja condicionada a uma fórmula segundo a qual "a possibilidade de aplicação livre dos recursos originários de privatização seria proporcional ao ajuste fiscal efetivamente realizado pelos estados".

A proposta tem fundamento na sinalização de que os recursos da privatização de ativos públicos não serão utilizados para abater as dívidas mobiliárias estaduais, conforme determina a resolução do Senado denominada "Lei Vilson Kleinübing", e na divulgação "de números sobre o aumento da dívida pública brasileira que merecem credibilidade", disse.

A resolução, aprovada pelo



Arruda quer controle das contas públicas

Senado no ano passado após a CPI dos Precatórios, foi questionada na Justiça e "virou letra morta", comentou. Arruda admitiu, no entanto, que a resolução trata igualmente estados que fizeram ajustes fiscais consistentes e estados "que estão produzindo um déficit que atrapalha todo o país".

Na opinião do senador, o Senado não pode ficar de braços cruzados e deve procurar uma fórmula que permita a continuidade do processo de privatização e garanta o controle das contas

públicas.

Em aparte, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) opinou que o Senado não pode interferir na economia interna dos estados, daí ter sido contra a "Lei Kleinübing". "Não podemos determinar aos estados a natureza do gasto", reiterou. Ele destacou que a Bahia e o Ceará estão ajustados e querem aproveitar parte dos recursos da privatização para criar um fundo de previdência para os respectivos funcionários públicos, medida que Arruda considerou de efeito positivo na desoneração dos cofres públicos.

O Senado quis ir longe demais, pois determinar como serão gastos os recursos originários da privatização é função das assembleias legislativas - enfatizou Alcântara. Quanto ao crescimento da dívida pública, ele salientou que não deve ser esquecido o impacto do aumento dos juros, tanto que o governo de São Paulo, apesar de todo o ajuste realizado, registrou um aumento de 45% na sua dívida.

## Candidatos à reeleição não podem ficar confinados, afirma Alcântara

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou ontem que, uma vez adotado o princípio da reeleição para cargos executivos sem desincompatibilização do cargo, é muito difícil, praticamente impossível, estabelecer regras que separem presidente, governadores e prefeitos de suas candidaturas à reeleição.

Confinar o presidente, os governadores e os prefeitos em seus gabinetes, impedindo-os de exercer atos próprios da função, seria uma violência - reiterou.

Na opinião de Alcântara, há fundamento nas críticas de que os governantes-candidatos estão numa situação privilegiada na competição eleitoral, "mas sabia-se disso quando se votou o princípio da reeleição". A seu ver, agora é impossível

"querer traçar limites virtuais e hipóteses restritivas", como o de impedir que, numa inauguração, o governante elogie a si próprio e sua administração, conforme sugestão de autoridade eleitoral.

O debate está prejudicado pela posição daquelas pessoas que não concordam com o princípio da reeleição - observou.

Para Lúcio Alcântara, aceito o princípio, possíveis normas restritivas devem adir do costume e da vigilância da Justiça Eleitoral e da imprensa, pois a situação institucional é inteiramente nova.

Quanto à preocupação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com o peso do poder



Alcântara: "Situação institucional é nova"

econômico na definição dos resultados eleitorais, o senador sugeriu a contratação de empresas de auditoria para verificar se os gastos declarados pelos candidatos são compatíveis com o volume de suas campanhas.



Lobão: "Cumprir a legislação"

## Lobão apóia ação do Dentel contra emissoras de rádio e TV

O senador Edison Lobão (PFL-MA) disse ontem que, longe de arbitrária, a fiscalização do Ministério das Comunicações, por meio do Dentel, junto às emissoras de rádio e tevê da Amazônia tem por objetivo o estrito cumprimento da legislação. Assim, emissoras cujas concessões vedam a gravação de programas ao vivo tiveram seus equipamentos lacrados, como aconteceu com uma retransmissora de Imperatriz (MA), acrescentou.

A observação do senador foi motivada por pronunciamento feito pelo deputado Sebastião Madeira, que, da tribuna da Câmara, considerou a ação do Dentel um ato de arbítrio do ministro Sérgio Motta.

Segundo Edison Lobão, a retransmissora de Imperatriz "se especializou em insultar as autoridades do estado, a mim próprio e à minha família".

Por que esta emissora não deveria ser fiscalizada como as outras? - questionou.

Dizendo que o deputado maranhense, "de maneira autoritária", quer a convivência do Ministério das Comunicações no descumprimento da legislação, Lobão registrou sua convicção de que "Sérgio Motta não permitirá que o deputado Sebastião Madeira, na sua arrogância, faça com que o ministério descumpra a lei em vigor".



José Saad quer preservar Brasília como cidade administrativa

Goiás e DF devem celebrar convênios em busca de soluções para o Entorno, recomenda o senador

## Saad defende união de esforços pela capital

O senador José Saad (PMDB-GO) apelou ontem aos governos de Goiás e do Distrito Federal para que unam esforços na busca de soluções para a região do Entorno da capital da República. Ele pregou a necessidade de convênios nas áreas de saúde, educação, estradas e agricultura, como forma de salvar o Entorno e preservar a vocação de Brasília como cidade administrativa.

- É preciso resguardar Brasília em sua condição de cérebro pulsante, criando ao redor dela, na região do Entorno, um cinturão de condições satisfatórias para que os migrantes e seus habitantes tenham acesso a serviços, trabalho e produção - disse.

Referindo-se aos convênios celebrados entre Goiás e Distrito Federal, nas gestões de Iris Rezende e Joaquim Roriz, ele disse que, graças a esses acordos, a demanda por serviços de saúde no Distrito Federal foi contida significativamente, com ganhos para o serviço médico-hospitalar.

José Saad informou que, no setor de educação, o Distrito Federal participa com o corpo docente, enriquecendo o perfil das

escolas e faculdades do Entorno e evitando a superlotação das escolas de Brasília. Sobre as estradas vicinais, Saad disse que elas eram mantidas em parceria pelos dois governos. O do Distrito Federal entrava com as máquinas pesadas, enquanto os municípios goianos encarregavam-se da manutenção, combustíveis e operadores.

O senador considerou injustificável o fechamento de agências do BRB em Formosa e Luziânia, observando que esse era um fator preponderante no desenvolvimento agropecuário e comercial da região e não apenas de Brasília. "Reabrir as agências do BRB impõe-se como uma grande necessidade", pregou ele. E lembrou que a política de cooperação em segurança pública entre os governos de Goiás e do Distrito Federal permitiu que inúmeras ações fossem desenvolvidas.

Em razão disso, José Saad pediu providências para aliviar a pesada carga de demandas que sacrifica o Entorno. Em sua opinião, "sem este esforço comum, Brasília continuará caminhando perigosamente na direção de tornar-se uma metrópole, o que significa tornar-se inadministrável".

## Projeto de Odacir incentiva desenvolvimento na fronteira

O senador Odacir Soares (PTB-RO) apresentou projeto de lei complementar que cria a Região de Desenvolvimento da Fronteira Oeste, integrada pelos estados de Rondônia e do Acre e pelos municípios ocidentais do Amazonas, a ser beneficiada com programas e projetos de desenvolvimento e de redução das desigualdades sociais.

O projeto estabelece que nenhuma ação pública será concentrada, no âmbito regional, com recursos fiscais ou industriais que levem à concentração de renda e ao aumento das desigualdades ou que causem prejuízos ao esforço nacional para melhoria da qualidade de vida.

Pelo projeto, a integração

regional em organismo local de desenvolvimento tem por finalidades, entre outras: a articulação das atividades administrativas federais num mesmo complexo geoeconômico e social representativo de identificação cultural, capaz de obter economias de escala e ganhos de produtividade; o planejamento integrado; a proteção à fronteira oeste do país, por razões de segurança interna e de interesses multinacionais; e a exploração econômica conjunta de recursos naturais renováveis e não renováveis.

Também são metas o correto manejo das populações autóctones; a defesa das reservas e a preservação da vida selvagem; o aproveitamento



Odacir: redução das desigualdades dos rios e outras massas de água; a coordenação das ações públicas de saúde e educação; estudos de mão-de-obra e de mercado de trabalho; a defesa da memória histórica e da cultura regional e local; a recuperação de terras áridas e a irrigação.



0800 - 612211

## FALA, CIDADÃO

Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para 0800-61-2211. A ligação é gratuita

Valdeir da Silva Miranda, de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, quer informações sobre o projeto do senador Lauro Campos (PT-DF) que obriga a divulgação do salário de autoridades.

**Lauro Campos:** Um dos objetivos da minha proposta é facilitar a apuração, por parte da Receita Federal, de incompatibilidades entre o patrimônio acumulado e os proventos das autoridades. Outro propósito é estender essa transparência à sociedade como um todo. Não é possível que a população conheça apenas o salário mínimo de cento e vinte reais por mês, sem mordomias, auxílio-residência, ou auxílio-viagem. É necessário que o povo saiba também quanto ganha o presidente da Repú-



Lauro Campos: transparência

blica, o vice-presidente, os ministros do Supremo, juízes de um modo geral, procuradores, deputados e senadores. Meu projeto determina que, duas vezes por ano, seus vencimentos globais sejam publicados nos diários oficiais da Casa a que pertencem.

A intenção é que os cidadãos tenham acesso a informações

corretas a respeito desses salários, dos desníveis entre vencimentos e, ainda, de uma série de mordomias que existem, mas ficam escondidas e não são especificadas nem mesmo nos contratos, como auxílio-moradia, extraordinários para viagens etc.

A partir da aprovação de meu projeto, poderão ser evitadas várias injustiças e distorções. Muitos pensam que alguns setores da administração pública recebem muito mais do que, na realidade, recebem. A proposta tem duplo efeito: mostra os absurdos, os abusos e as mordomias e permite esclarecer que certas categorias não recebem tanto quanto a imprensa muitas vezes, enganadamente, costuma divulgar.



Mauro: "Impedir catástrofe"

## Mauro destaca ato pela salvação do Araguaia

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) anunciou ontem o início de um movimento regional pela salvação do rio Araguaia. Ele disse que, sob a liderança dos ministérios públicos de Goiás e dos demais estados do Centro-Oeste, serão criados comitês regionais permanentes, identificadas as propriedades que margeiam o rio, fiscalizado o lançamento de lixo nas águas do Araguaia e do Taquari e proibido o financiamento a proprietários que não cumpram normas ambientais adequadas.

Mauro Miranda anunciou ainda a criação de condomínios de reserva legal, além de maior eficiência na fiscalização das queimadas, entre outras providências indispensáveis para a preservação do rio. Ele informou que, no campo de entidades governamentais ou não-governamentais, estão previstos compromissos que vão da criação de áreas de preservação ambiental à sistematização das normas existentes.

Referindo-se ao evento destinado à salvação do rio, no qual foi lançada a "Carta do Alto Araguaia", o parlamentar mencionou o discurso que o ministro da Justiça, Iris Rezende, realizou sobre a necessidade de atuar-se rapidamente "para impedir uma catástrofe de proporções alarmantes, que coloca em risco o bem-estar das gerações presentes e futuras". E solicitou à Mesa a transcrição nos Anais do Senado da íntegra do discurso de Iris Rezende.

Presidindo a sessão, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) se disse também comprometido com a salvação do rio Araguaia, classificando sua paisagem como uma das mais belas do país.

Senadores querem explicações sobre devastação da floresta indicada em relatório do Instituto de Pesquisas Espaciais

# CAS ouve ministros sobre desmatamento da Amazônia

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), reúne-se hoje, às 10h, para uma audiência pública com a participação dos ministros Gustavo Krause, do Meio Ambiente, e José Israel Vargas, da Ciência e Tecnologia, que irão prestar informações sobre o desmatamento da Amazônia.

O requerimento de convocação dos ministros, de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC), foi aprovado na última

reunião da CAS, durante a convocação extraordinária. Os senadores querem explicações sobre os índices de desmatamento da Amazônia no período de 1995/1997, anunciados dia 26 de janeiro último pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Estarão presentes ainda o presidente do Ibama, Eduardo Martins, o diretor do Inpe, Márcio Nogueira Barbosa, e representantes de organizações não-governamentais e da comunidade científica.



Ademir preside a audiência

## Projeto de Romero Jucá proíbe exportação de madeira em tora

O senador Romero Jucá (PFL-RR) apresentou projeto que proíbe a exportação de madeira em tora, prancha, ou não acabada, extraída da Amazônia Legal. Preocupado com o desmatamento das florestas nacionais, o senador considera a proibição como "a única forma possível de coibir, definitivamente, a exploração descontrolada da flora amazônica, que



Jucá: proteção à madeira não acabada

traz graves consequências ambientais, econômicas, sociais e políticas ao nosso país".

Caso o projeto seja aprovado, haverá percentuais autorizados de exportação de madeira até o prazo de cinco anos, de forma escalonada. No primeiro ano de vigência, a exportação obedecerá aos mesmos percentuais explorados no ano anterior à vigência da lei. No segundo e no terceiro ano, os percentuais caem para 70% e 45%, respectivamente. No quarto ano, só será permitida a exportação de 10% de madeira da Amazônia Legal.

devastação, terminam por propiciar a criação de empregos em outros países, sobrando para o Brasil apenas a poluição, as alterações climáticas e a desapropriação internacional pelo desmatamento".

O senador alerta que essa situação, além de prejudicar o meio ambiente brasileiro e dilapidar as riquezas vegetais da região, serve para aumentar a cobiça internacional dos países ricos sobre a Amazônia. Além disso, Romero Jucá lamenta que o país ainda não tenha uma política de desenvolvimento auto-sustentado, que garanta a exploração da floresta sem prejuízos para a preservação.

O projeto será analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos e, depois, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Sociais. Caso seja aprovado nesta última, o projeto seguirá direto para apreciação pela Câmara dos Deputados, desde que não haja requerimento de, pelo menos, nove senadores para que seja apreciado pelo plenário do Senado.

PROGRAMAÇÃO

### TV SENADO

7h - Entrevista com o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) sobre a reforma administrativa em discussão no Senado

8h - Debate com o senador Romero Jucá (PFL-RR) e o deputado federal Moreira Franco (PMDB-RJ) sobre a reforma administrativa

9h30 - Entrevista com o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) sobre a reforma administrativa em discussão no Senado

10h - Comissão de Assuntos Sociais - audiência pública com os ministros do Meio Ambiente, Gustavo Krause, da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas, o presidente do Ibama, Eduardo Martins, e do Inpe, Márcio Nogueira Barbosa sobre o desmatamento da Amazônia (vivo)

14h30 - Sessão plenária - segundo dia de discussão em segundo turno da reforma administrativa

Logo após: Comissão de Assuntos Sociais - audiência pública com os ministros do Meio Ambiente, Gustavo Krause, da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas, o presidente do Ibama, Eduardo Martins, e do Inpe, Márcio Nogueira Barbosa sobre o desmatamento da Amazônia (representação)

20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - Sessão plenária (representação)

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

0h40 - "Senado em Pauta"

1h - Debate com o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) e o presidente da Embratur Caio Carvalho sobre o turismo no país

2h - "Jornal da Amazônia"

2h15 - "Senado em Pauta"

2h30 - Sessão plenária (representação)

6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, instituições, especiais e o programa "Fala Cidadão".

### RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

7h40 - Música e informação

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Em seguida - Música e informação

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

13h45 - Música e informação

14h15 - "Plenário em Revista"

14h30 - Sessão plenária

Em seguida - Música e informação

19h - "A Voz do Brasil"

20h - Música e informação

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

22h45 - Música e informação

0h - Retransmissão da sessão plenária

4h - Música e informação até as 8h



Joel de Hollanda: empresa forte

## Hollanda elogia programa do BNB para micros

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) defendeu a importância do lançamento do programa de empréstimo Crediamigo, pelo Banco do Nordeste, por acreditar na possibilidade de que esta iniciativa melhore as condições de vida de significativa parcela da população nordestina. Conforme explicou, o objetivo é atender as necessidades do pequeno e microempreendedor, evitando que sejam obrigados a recorrer aos "financiamentos a juros escorchantes" ou que suas atividades fiquem prejudicadas pela falta de capital.

De acordo com o senador, a meta do programa é atingir 100 mil empreendedores até o final deste ano, investindo aproximadamente R\$ 55 milhões. Segundo Hollanda, esses recursos serão captados no mercado e repassados a juros de 5% ao mês e prazos de até 90 dias.

O potencial de o Crediamigo alavancar o desenvolvimento social pode ser ressaltado pelo fato de constituir um dos 42 projetos prioritários do governo federal integrantes do programa Brasil em Ação, observa o senador. Ele acenou com a possibilidade de o projeto ser ampliado para mais 45 municípios, além das cidades já atendidas: Recife, Fortaleza, São Luís, Aracaju e Itabuna.

Hollanda enfatizou que, além de assegurar crédito facilitado, o BNB está oferecendo serviços de capacitação empresarial para ajudar os microempreendedores a melhor organizar e controlar seus negócios. Ele cumprimentou o banco pela "iniciativa, que abre novos caminhos para desenvolver nossa economia".

*Senador entende que medida pode vir no bojo da reforma tributária. Idéia é evitar malversação do dinheiro público destinado à Saúde*

## Gilvam propõe descentralizar verba do SUS para municípios

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) dirigiu ontem apelo ao presidente da República e ao ministro da Saúde no sentido de que o governo federal promova na reforma tributária uma "descentralização substancial" dos recursos destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS), proporcionando aos municípios "o acesso direto e independente a 30% das receitas oriundas de impostos arrecadados com finalidade social".

A medida, a seu ver, evitaria a malversação de dinheiro na distribuição orçamentária.

- Dessa forma, onde fossem arrecadados esses tributos lá seriam eles apropriados e gastos sem superposição de estruturas burocráticas centrais de contabilização e controle de tais receitas, com alto risco de manipulação - defendeu Gilvam Borges. Como exemplos



Gilvam: desvios prejudiciais

de desvios de recursos para áreas fora da Saúde citou a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e a Contribuição sobre o Lucro Líquido das Empresas (CSLL), as quais considera as principais aplicações que não atendem às suas atividades-fins.

Ele disse que a sua sugestão deveria ser amplamente

discutida "porque seria um modo prático de acabar com a conjuntura vigente de juridicidade suspeita, em que os entes federados periféricos não gozam de maioria política em face do orçamento da Seguridade Social, por serem tutelados pela União e tratados como qualquer prestador privado de serviços".

Gilvam lembrou que a sugestão deveria acompanhar e complementar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 169/93, do então deputado Eduardo Jorge, durante a sua tramitação no Senado. A proposta a que se referiu o senador, conforme informou, foi adotada como ideal pelo governo federal para a reforma tributária.

A mudança significaria um aumento de US\$ 80 para US\$ 200 nos gastos por habitante/ano com investimentos em saúde, afirmou Gilvam Borges.



José Ignácio propõe indenização

## Extravio de bagagem terá pena maior

Está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para ser deliberado em caráter terminativo, projeto do senador José Ignácio (PSDB-ES) dispendo sobre a indenização por dano moral decorrente do extravio ou perda definitiva de bagagem. Conforme o parlamentar, esse assunto encontra-se num certo limbo jurídico, especialmente porque a definição de danos de ordem moral se confunde com os de natureza material.

- A superposição das características dos danos tem levado o poder público a decisões que desmerecem ou desconsideram as de natureza moral, quando estas atingem o objeto pertencente à vítima para, inexplicavelmente, prestigiar exclusivamente as de ordem material - observou.

Na opinião do senador, essa é a única explicação para a lei hoje não considerar a sensação de desconforto ou o aborrecimento causado pelo extravio da bagagem. Para José Ignácio, está muito claro que esse desconforto moral não se confunde com os danos materiais eventualmente sofridos pela bagagem, devendo haver indenização para os dois.

Ele disse que, para distinguir-se um do outro, basta que se observe existir dano moral quando a bagagem, sem sofrer qualquer dano de natureza material, é remetida para destino impróprio e frustra a expectativa de seu recebimento e uso. Por isso, o projeto exige indenização por dano moral de acordo com o número de volumes e de dias de atraso na entrega da bagagem.

## Leonel destaca atuação do BB na área da seguridade

O senador Leonel Paiva (PFL-DF) elogiou ontem a atuação das empresas da área de seguridade privada do Banco do Brasil - BrasilCap Capitalização S.A., BrasilSaúde Companhia de Seguros, BrasilVeículos Companhia de Seguros e a Brasilseg Participações -, ressaltando os resultados obtidos em 1997.

- A área de seguridade do Banco do Brasil fechou 1997 com mais de R\$ 1,5 bilhão de ativos, faturamento superior a R\$ 1,3 bilhão e patrimônio líquido consolidado acima de R\$ 201 milhões. O resultado consolidado dessas empresas em 1997 correspondeu a mais de R\$ 23,2 milhões, gerando rentabilidade



Leonel: exemplo para área privada de sobre o patrimônio total da ordem de 11,6% - disse o senador.

Leonel Paiva destacou que a BrasilCap, por exemplo, já ocupa a liderança do ranking nacional das empresas de capitalização, registrando a média mensal de 84 mil contratos firmados, "ou seja, mais de 3.800 títulos vendidos a cada

dia útil". A média de prêmios pagos pela BrasilCap aos portadores dos seus títulos de capitalização, garantiu, "ficou na ordem de R\$ 150 mil".

Para o senador, os resultados demonstram o acerto do Banco do Brasil em investir no desenvolvimento de produtos próprios da área de seguridade privada e servem de exemplo para outras empresas que atuam no setor. Leonel Paiva elogiou também a associação entre o banco e empresas privadas.

- A área de seguridade privada do Banco do Brasil está se mostrando como exemplo de atuação para as empresas que atuam no mesmo segmento - frisou.